



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**

Escritório Regional da
Organização Mundial da Saúde

5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PAN-AMERICANA DE INOCUIDADE DE ALIMENTOS (COPAIA 5)

Rio de Janeiro, Brasil, 10 de junho de 2008

Item 6 da ordem do dia provisória

COPAIA5/6 (Port.)
30 Maio 2008
ORIGINAL: ENGLISH

Agricultura e políticas alimentares podem promover uma saúde melhor e reduzir o ônus de doenças não-transmissíveis crônicas nas Américas

Enrique Jacoby^a e Corinna Hawke^b

^a *Organização Pan-Americana da Saúde*

^b *Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar*

Consultor independente e pesquisador visitante, Centro para Política Alimentar, City University, Londres

1. INTRODUÇÃO

O maior desafio para a saúde na Região é a morte prematura e incapacidade física e mental resultante de doenças como obesidade, diabetes, doença cardiovascular, certos tipos de câncer e osteoporose. A maioria destas doenças é hoje apropriadamente denominada Doenças Crônicas Relacionadas à Dieta (DCD), pois elas estão associadas à falta de atividade física e dietas deficientes, incluindo o consumo de alimentos com alto teor calórico, gordura saturada, sal e baixo valor nutricional vital à saúde, como minerais, vitaminas e vários compostos bioativos (por exemplo, resveratrol, luteína, licopeno etc.) que estão presentes em grande quantidade em verduras, frutas e grãos não refinados.

A elevação rápida das taxas de obesidade entre adultos e jovens, que duplica ou triplica o risco de desenvolver DCD, é um bom indicativo da gravidade da nova epidemia. Cerca de 50% a 60% dos adultos têm excesso de peso e obesidade na América Latina e no Caribe e o problema está também atingindo as gerações mais novas. Em vários países, crianças e adolescentes com excesso de peso representam 20% a 25% destes grupos.

DCD e acidentes não intencionais representam quase 70% de todas as causas de morte na Região das Américas, afetando principalmente a faixa etária entre 18 e 70 anos, em países de média e baixa renda na América Latina e no Caribe. Os anos de vida ajustados por incapacidade (AVAI)^a perdidos por causa de DCD correspondem a 12,5 milhões de AVAI que se somam aos 4,6 milhões de AVAI perdidos devido à desnutrição materna e na infância.¹ Os custos médicos diretos associados são desconhecidos, embora sejam somente parte dos custos totais relacionados às DCD. Por exemplo, os

^a Um AVAI equivale à perda de um ano de vida saudável. Este valor exclui os Estados Unidos e o Canadá.

custos médicos diretos totais calculados para o tratamento da diabetes mellitus (DM) foram de US\$ 10 milhões e 720 mil em 2000, enquanto que os custos indiretos, incluindo perda de produtividade, foram de US\$ 54 milhões e 495 mil.²

Por outro lado, os indicadores históricos de saúde como mortalidade infantil e desnutrição foram significativamente reduzidos na Região embora ainda existam problemas importantes. Quarenta por cento das crianças ainda sofrem de anemia ferropriva, 20% (com uma variação de 1% a 45%) de retardo de crescimento e 5% de deficiência de vitamina A moderada. Condições de saúde ambiental precária e uma dieta uniforme à base de grãos e tubérculos, pobre em carnes, frutas e verduras são provavelmente os principais responsáveis.

2. A TRANSIÇÃO ALIMENTAR E SEUS DETERMINANTES

A transição alimentar

Muitos fatores têm contribuído para o aumento das DCD. A principal causa é a chamada “transição alimentar”, caracterizada pelo aumento no consumo de alimentos de alto teor calórico, como carne e óleos vegetais, consumo em grande quantidade de alimentos altamente industrializados, como salgadinhos, e em menor quantidade de alimentos de primeira necessidade, como milho amarelo/milho branco e feijão e em quantidades insuficientes de frutas e verduras.

Estas tendências são contrárias às recomendações alimentares feitas com base na mais abrangente análise das informações científicas disponíveis, o Relatório Técnico da OMS, Nutrição da Dieta e Prevenção de Doenças Crônicas.³ O Relatório recomenda que populações acima de 5 anos de idade devem:

- Ter um consumo de energia total moderado esforçando-se no sentido de ter um peso saudável;
- Limitar o consumo de gorduras saturadas e favorecer o consumo de gorduras poliinsaturadas e monoinsaturadas. Fazer esforço para eliminar as gorduras trans da dieta e, de modo ideal, do suprimento de alimentos do país;
- Aumentar o consumo de diversas fontes vegetais, incluindo: frutas, verduras, grãos integrais, legumes e uma variedade de nozes;
- Limitar o consumo de alimentos industrializados ricos em açúcar, gordura e sal;
- Consumir bebidas alcoólicas com moderação.

3. DETERMINANTES DA TRANSIÇÃO ALIMENTAR

A mudança das preferências alimentares dos consumidores é um dos determinantes da transição alimentar, mas não o único. De fato, as poderosas forças de mercado também exercem um papel. Entre elas, a massificação de produtos agrícolas, em particular os cereais e alguns grãos – apoiado por subsídios governamentais –, os subseqüentes custos menores de produção de alimentos industrializados; e as inovações na tecnologia alimentar e nos sistemas de distribuição. Não menos importante é o atualmente notório impacto negativo da intensa comercialização de alimentos altamente industrializados saborosos; os salários crescentes nas cidades e limitações de tempo reais ou percebidas

da vida moderna que contribuem para a redução e, em alguns casos, abandono da prática de fazer refeições com família e da conectividade social que ela promove.⁴

Informação, educação e propaganda certamente podem moldar a demanda pública. Lamentavelmente, as informações de saúde pública sobre dieta e nutrição são ainda limitadas na ALC, atingindo apenas grupos pequenos enquanto que a publicidade comercial se tornou o principal mecanismo “educacional”, levando a consequências negativas em potencial e reais para a dieta e a saúde. Este é o caso das crianças a quem estão sendo direcionados os grandes esforços de marketing de alimentos.⁵

Também foi observada uma conexão entre a obesidade e a pobreza, muito provavelmente como resultado da facilidade de acesso a alimentos industrializados, muito saborosos e de baixo custo que são ricos em açúcar e com alto teor de gordura. Aliado aos intensos esforços de marketing e de propaganda altamente especializados, isso tem contribuído para a cultura de massa de alimentos pré-embalados, bebidas gaseificadas e alimentação fora de casa, comum na maioria das cidades hoje.

Por que esses fatores são importantes? Porque eles interferem influenciam o que as pessoas comem na América Latina e, portanto, com o seu risco de DCD. Importantes mudanças serão necessárias em várias dimensões para atingir o consumo recomendado pela OMS de 400g a 600 g de frutas e verduras por pessoa por dia, aumentar a qualidade da dieta e reduzir o risco de DCD. A alimentação saudável não é um problema de uns poucos nutricionistas e médicos; são necessárias intervenções ambientais com a participação de uma variedade de interessados diretos para reverter essas tendências. Essas intervenções requererão a participação intersetorial e forte liderança dos ministérios da Saúde (MS) e estreita colaboração com ministérios da Agricultura e especialistas em comércio.^{6,7}

A reversão das práticas atuais em agricultura, produção de alimentos e comercialização requererá que seja iniciada uma nova tendência alimentar e dietética que adote sobretudo qualidade em vez de quantidade. Isto é fundamental para uma alimentação saudável e a prevenção não só de DCD como também de crescimento de retardo do crescimento e várias outras deficiências nutricionais.

Este documento aborda o papel da produção e políticas agrícolas nas escolhas alimentares e identifica como eles poderiam ser aproveitados para transformar o paradigma alimentar de quantidade em qualidade. Também se examina esta questão considerando a atual crise de preços dos alimentos na América Latina e no restante do mundo.

4. CONDIÇÕES E POLÍTICAS AGRÍCOLAS QUE INFLUENCIAM O SUPRIMENTO DE ALIMENTOS E DIETA NAS AMÉRICAS

Produção agrícola, comércio e consumo de alimentos

Um panorama geral da disponibilidade de alimentos e da nutrição nas Américas nos últimos 20 anos revela, de modo geral, uma melhora da situação nutricional combinada a um suprimento alimentar mais direcionado ao comércio. As tendências dos produtos alimentícios primários, associadas ao risco de DCD, são mencionadas aqui. Entre eles, produtos de origem animal e laticínios, assim como óleo, açúcar, frutas e verduras e os grandes insumos à produção destes produtos primários.^{1,b}

^b O sistema agrícola compreende um conjunto complexo de relações interligadas de procura e oferta de insumos, produtos complementares e substitutos que não estão descritos na íntegra para a finalidade deste documento. As referências úteis incluem FAO 2003 e revistas, Banco Mundial.

Como destacado anteriormente por Nugent⁸, a sub-região da ALC vem vivenciando um importante aumento no consumo de produtos de origem animal e laticínios que continuará no futuro. A produção de grãos cresceu 20% nos últimos 10 anos na ALC e três quartos deste aumento se destinam à alimentação animal. Nas Américas, o crescimento na produção de grãos sustenta os recentes aumentos das exportações de frango e o crescimento contínuo na demanda interna de frango. Desde 1995, o consumo de óleo e de gorduras cresceu em um ritmo acelerado na América Latina e no México e a um ritmo mais lento nos Estados Unidos e no Canadá devido à saturação do mercado. Em média, a América Latina reflete um consumo alto per capita de gorduras e óleos (20 kg per capita em alguns países) em comparação com outras regiões de países em desenvolvimento (em geral, 11,3 kg por pessoa), mas este consumo é ainda inferior à média dos países desenvolvidos, de 29 kg per capita. O consumo de peixes, frutas e verduras caiu, ou cresceu muito pouco, nos últimos 20 anos em grande parte da região das Américas, em parte devido ao aumento relativo do preço destes alimentos.^{7,9}

A América é uma região agrícola exportadora, sendo os Estados Unidos e o Canadá grandes exportadores de grãos e produtos de origem animal em escala mundial. A balança comercial agrícola global da sub-região da ALC é reflexo da balança comercial da Argentina e do Brasil, que representa cerca da metade das exportações agrícolas totais da Região, mas menos de um quarto de sua importação total. Os grãos são o principal produto primário de importação e são usados em grande parte para alimentar o gado. Por outro lado, a sub-região do Caribe continua sendo uma importadora agrícola desde a década de 90.

Os produtos de exportação mais importantes da Região são açúcar, café, banana e soja. As exportações de carne bovina e de açúcar sofreram redução como reflexo de uma crescente demanda regional. Em suma, as Américas primam pela exportação agrícola, mas também inclui muitos países que são grandes importadores de alimentos. Estes modelos refletem as forças de mercado existentes, mas podem não estar alinhados às recomendações atuais para modelos de alimentação saudável.

5. POLÍTICAS AGRÍCOLAS NA AMÉRICA LATINA

Os modelos de produção agrícola e comércio na América Latina são resultado direto das políticas adotadas que davam ênfase à alta produtividade, produção crescente e exportações. Na década de 70, as políticas nas Américas apoiaram a pesquisa agrícola, o desenvolvimento e a comercialização tecnológica. Esta foi a era da “Revolução Verde” – investimento público em gêneros de cultivo de alta produtividade e métodos agrícolas intensivos, e subsídios governamentais para insumos como irrigação, fertilizantes e variedades de sementes de alta produtividade. No México, onde começou a Revolução Verde, variedades de trigo anão, introduzidas na década de cinquenta, levaram à triplicação da produtividade na década de 70¹⁰. Os subsídios e nova tecnologia ajudaram a aumentar a irrigação em 71% durante o mesmo período, e o uso de fertilizante aumentou em mais de 20 vezes. Outras formas de intervenção estatal, como compras do governo da produção agrícola por juntas de comércio do governo com o propósito de estabilizar preços e a existência de cotas e tarifas para proteger os mercados nacionais.¹¹

Não obstante, ao mesmo tempo, políticas em muitos países latino-americanos tendiam a “discriminar” produtores agrícolas (com frequência, denominadas “impostos” para a agricultura).¹² Políticas de baixos preços de alimentos, impostos sobre a renda e terras de produtores agrícolas e impostos de exportação para alimentos, visavam a usar os alimentos e a renda produzidos com a agricultura para estimular o crescimento industrial nas cidades. A agricultura era vista principalmente como

combustível para o crescimento industrial em vez de uma fonte de crescimento em si. Havia, porém, variação entre países: enquanto a Argentina e o Equador taxavam a agricultura, o Brasil e o Chile a protegiam.¹³

Na década de 90, houve uma importante transformação do paradigma da política agrícola nas Américas. Seguindo o processo de globalização, os países modificaram suas políticas para um enfoque mais determinado pelo mercado. Como uma região, a maioria dos países latino-americanos embarcou em reformas no mercado interno e liberalização do comércio, eliminando de maneira característica as juntas de comércio de alimentos do governo, reduzindo tarifas e eliminando cotas e impostos de exportação. O ritmo de mudanças foi acelerado em meados dos anos noventa depois do Acordo para Agricultura (1994), um acordo internacional concebido por meio do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), que estabelecia o compromisso dos países de reduzir tarifas, subsídios de exportação e subsídios agrícolas interno. A fundação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, proporcionou um novo mecanismo de negociação aos países para a abertura de seus mercados a mais importações e aumento das exportações, assim como para a introdução dos requisitos para liberalização interna das políticas agrícolas.

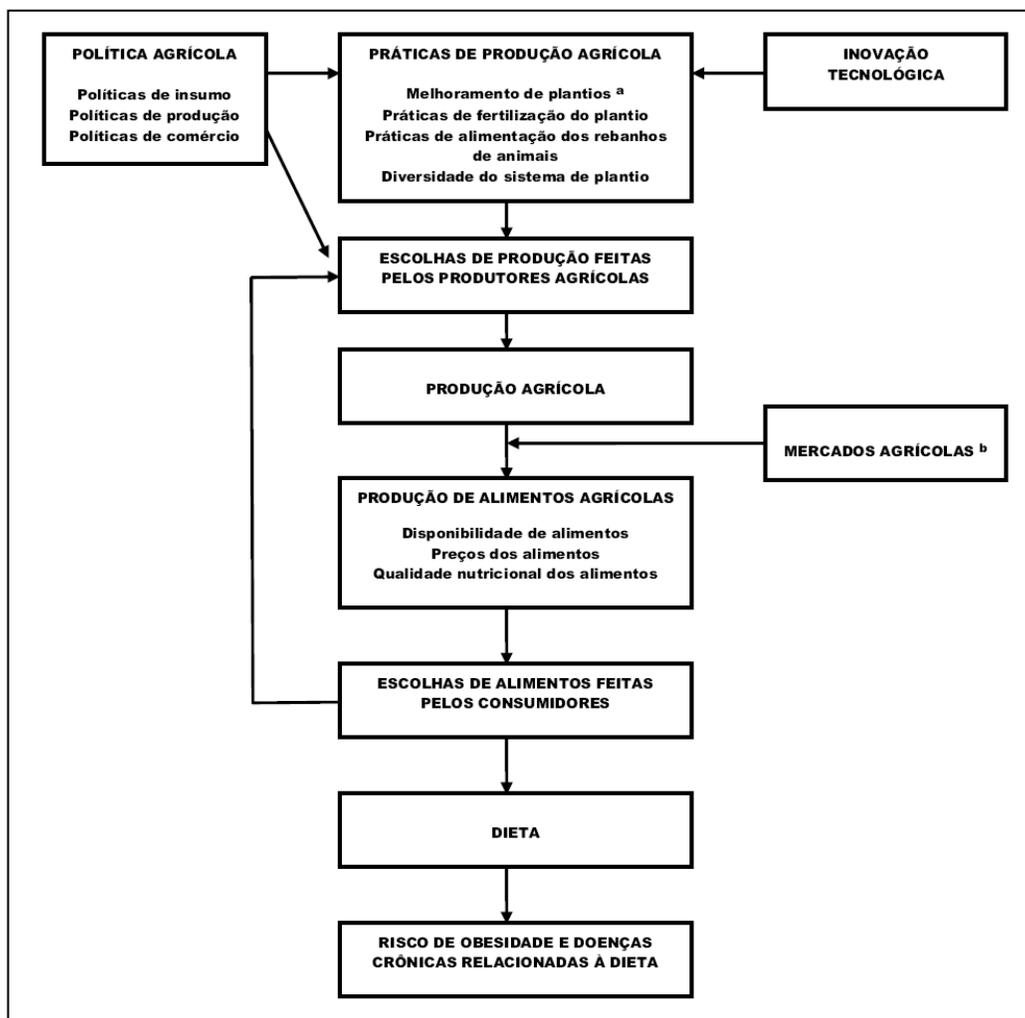
6. IMPACTO ALIMENTAR DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS

A Figura 1 conceitualiza como as políticas agrícolas têm o potencial de influenciar a dieta e os riscos para saúde relacionados à dieta. O vínculo fundamental é com a disponibilidade e preços dos alimentos, sendo que as práticas de produção agrícola também têm um impacto considerável sobre a qualidade nutricional dos alimentos. As políticas agrícolas com o potencial de influenciar a dieta podem ser categorizadas em três: políticas de insumo, políticas de produção e políticas de comércio.¹⁴ Todas essas políticas afetam as escolhas feitas pelos agricultores sobre as práticas de produção agrícolas a serem adotadas e as culturas a serem plantadas. Por exemplo, o investimento público no desenvolvimento de variedades de cultura de alta produtividade (uma política de insumo) cria um incentivo para os agricultores para produzir esta cultura. Os mecanismos de garantia de preços mínimos têm o mesmo efeito dos incentivos para exportação. Essas escolhas pelos agricultores determinam os alimentos a serem produzidos e em que quantidade e qualidade, afetando assim a disponibilidade, preços e qualidade nutricional desses alimentos. Isto, por sua vez, influencia as escolhas de alimentos feitas pelos consumidores, e, portanto, suas dietas e riscos para saúde relacionados à dieta. O importante é que diferentes alimentos são afetados por diferentes políticas. Por exemplo, se produtos de origem animal e sementes oleaginosas estão sujeitos a políticas diferentes de frutas e verduras, os efeitos sobre disponibilidade, preços e qualidade nutricional será distinto. É crítica a diferença relativa entre os alimentos: as políticas agrícolas afetam a disponibilidade, preços e qualidade nutricional de alguns alimentos de maneira diferente em relação com outros.

Dois exemplos que ilustram o potencial das políticas agrícolas de influir nas escolhas de consumo agrícolas e de alimentos das Américas são as sementes oleaginosas e a carne. Considere-se o caso da produção de óleo de soja no Brasil. Na década de 70, financiamento público para a cultura da soja, garantia de preços mínimos, programas de produção e crédito comercial, subsídios agrícolas, programas de infra-estrutura pública e políticas de subsídios de energia e tributação foram usados para incentivar a produção.¹⁵ Essas mudanças estimularam um enorme aumento da produção de óleo de soja, com frequência em grandes propriedades que produziam segundo economias de escala.

Como resultado, a disponibilidade calórica do óleo de soja per capita aumentou 10 vezes, de 25,9 a 247,3 kcal per capita por dia. As estatísticas de consumo efetivo de alimentos daquela época indicam uma substituição das gorduras de origem animal (banha, tocinho, manteiga) por óleos vegetais e margarinas. Devido à substituição das gorduras de origem animal por óleos vegetais, os efeitos dessa mudança sobre a saúde da população foram, em muitos aspectos, positivos, mas houve, no entanto, um aumento enorme do teor total de gordura da dieta no sudeste do país, próximo de 30% das calorias alimentares em 1988 (nível máximo recomendado pela OMS).¹⁶ Houve relativa estabilização da produção na década de 80, mas esta recebeu estímulo adicional por causa de uma série de reformas determinadas pelo mercado no início da década de 90, que abriu o mercado de óleo de soja e incentivou mais a produção para exportação. Embora isso não tenha surtido o efeito de estimular o consumo interno, permitiu maior consumo nos países importadores, como China e Índia.¹⁷

Figura 1. Relação entre políticas agrícolas e práticas de produção e dieta



a. "Cultivo" se refere aos cultivos de alimentos, gado e pesca

b. O funcionamento dos mercados agrícolas não é explorado aqui, mas também tem implicações na dieta

c. Disponibilidade de alimentos se refere à quantidade relativa e diversidade de diferentes tipos de alimentos disponíveis; o preço dos alimentos se refere ao custo desses alimentos; e a qualidade nutricional dos alimentos se refere ao teor nutricional e densidade dos alimentos.¹⁸

As políticas agrícolas também desempenharam um papel no extraordinário aumento do consumo de frango da região. Desde os anos oitenta, a produção e o consumo de frangos aumentou em detrimento da carne bovina na maioria da América Latina. A produção de frango atualmente quase que ultrapassa a produção de carne bovina. Em apenas 14 anos (1990–2004), a produção de frango, em média, mais que duplicou, enquanto que a produção de carne bovina aumentou ao redor de 20%. O consumo seguiu a mesma tendência. Embora esta mudança reflita preferência crescente dos consumidores pelo frango, reflete também as mudanças na política e tecnologia. Tome-se o caso da Colômbia. A produção interna no país começou a aumentar na década de 80 como resultado de investimento público e privado em infraestrutura e tecnologia. Posteriormente, na década de 90, um programa de liberalização do mercado (a “apertura”) permitiu a importação de ração de frango a baixo custo em forma de milho amarelo dos Estados Unidos. Como consequência, o milho amarelo para ração animal chegou em grande quantidade a preços muito baixos, reduzindo acentuadamente os custos de produção, promovendo o crescimento na produção e baixa de preços em relação à carne bovina. O México é outro caso ilustrativo. Lá, o mercado para ração animal se abriu com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que substituiu a concessão de licenças de importação do milho por cotas tarifárias (sem a aplicação de tarifa extracota) e eliminou tarifas para farelo de soja (desde 2003).¹⁹ Como resultado, as exportações dos Estados Unidos para o México de grãos para ração, sementes oleaginosas e produtos relacionados mais que duplicou durante o período do NAFTA, chegando a 17,5 milhões de toneladas métricas em 2005.²⁰ As importações agora representam cerca da metade das rações usadas na indústria avícola mexicana. Segundo análise realizada pelo USDA, “as rações dos Estados Unidos permitem os produtos pecuários mexicanos expandir a produção, reduzir os custos de produção e competir com maior eficiência com importações de carne provenientes dos Estados Unidos, Canadá e outros países.

7. REORIENTAÇÃO DA PRODUÇÃO E POLÍTICAS AGRÍCOLAS COM VISTAS À QUALIDADE

Medidas podem ser tomadas em vários domínios para reorientar a produção e políticas agrícolas com vistas à qualidade em vez de quantidade. Da perspectiva das políticas, poderiam ser feitas mudanças importantes para promover o consumo de frutas e verduras. Uma estratégia seria desenvolver novas condições para políticas centradas na produção voltada aos mercados nacionais junto com exportações. A história mostra que o investimento público e privado na produção de frutas e verduras, acompanhado de condições favoráveis para política, gerou um crescimento enorme na produção de frutas e verduras. No entanto, na América Latina, o foco tem sido na exportação. O Chile, por exemplo, é o principal exportador de frutas no hemisfério do sul, particularmente de uvas. Este é o resultado direto de decisões sobre políticas.²¹ Na década de 70, o governo desregulamentou a política agrícola, privatizou a propriedade de terras, forneceu condições mais favoráveis para o investimento estrangeiro e liberalizou o comércio. Essas políticas foram consolidadas em meados dos anos 80, com a provisão de incentivos fiscais para impulsionar exportações, maiores investimentos em agricultura para exportação e maior provisão para aumentar o investimento externo. O resultado foi uma explosão nas exportações e aumento no consumo de frutas chilenas fora do país, particularmente nos Estados Unidos. Embora a disponibilidade de frutas tenha de fato aumentado no Chile durante este período, se percebe um declínio desde os anos 90. Assim, poderia se argumentar que se fosse feito um investimento político e financeiro de igual intensidade (sem necessariamente implantar-se as mesmas políticas) na produção agrícola de frutas com a intenção de aumentar o consumo interno, os efeitos seriam palpáveis. Isto

também teria de implicar em investimento significativo no desenvolvimento da rede de distribuição até o consumidor final.

Uma outra estratégia mais direcionada seria apoiar os programas que vinculam os horticultores diretamente aos mercados, como escolas, ou vendedores que atuam em comunidades urbanas de baixa renda. Este enfoque mais direcionado pode ser mais eficaz porque o seu foco está nas populações com baixo consumo e proporciona uma intervenção de agronutrição quantificável. São necessárias políticas para criar incentivos para que os agricultores participem de tais programas. Um exemplo existente é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que foi implementado no Brasil como parte do Programa Fome Zero. No programa, o governo adquire os alimentos produzidos por agricultores familiares. Ele assegura provisões alimentares para as famílias pobres, refeições escolares e hospitais públicos enquanto cria um mercado para o setor de pequenos agricultores. Segundo se informou, o programa surtiu um impacto particularmente significativo no nordeste do Brasil, a região mais pobre do país.

Mudanças também poderiam ser feitas da perspectiva da produção a fim de melhorar qualidade. Os programas de melhoramento de plantios estão agora começando a se concentrar na melhoria da qualidade nutricional. O aumento do teor de micronutrientes biodisponíveis nos cultivos de primeira necessidade (“biofortificação”) está atualmente sendo desenvolvido como uma estratégia para aumentar a ingestão de micronutrientes. Essas iniciativas de pesquisa estão atualmente sendo realizadas em países latino-americanos (México, Peru, Brasil). Também podem ser usadas práticas de fertilização de cultivos para melhorar a qualidade nutricional dos alimentos. O uso de fertilizantes contendo selênio, iodo e zinco, por exemplo, pode compensar a deficiência desses minerais nos solos e transferi-los aos alimentos e posteriormente às pessoas que se alimentam deles. Da mesma forma, as práticas de alimentação do gado também afetam a qualidade da carne. O desenvolvimento da produção pecuária intensiva na América Latina nos currais de engorda é um desenvolvimento negativo neste sentido, pois a carne alimentada à base de grãos tem um perfil mais pobre em ácido graxo em relação à carne à base de forragem. As políticas devem assegurar que haja subsídios para a carne bovina tradicional à base de forragem nas Américas. Além disso, há evidências no México que indicam que podem ser usadas práticas de alimentação pecuárias para a produção de carne com perfis de gordura mais saudáveis.²² Em um projeto rural comunitário, porcos de fundo de quintal foram alimentados com abacates excedentes e produziram carne com baixo teor de gordura. Esta “carne de porco com baixo teor de gordura” foi produzida e comercializada com ágio a um segmento em rápido crescimento do mercado disposto a pagar por alimentos mais saudáveis, aumentando assim a renda das comunidades locais.

Outra consideração é o grau de diversidade biológica nos sistemas de cultivo. A falta de diversidade de alimentos restringe o acesso a uma dieta saudável. Embora a diversidade tenha aumentado de modo considerável em todas as regiões do mundo, o clima e a geografia ainda apresentam obstáculos impressionantes à escolha dos alimentos, principalmente para quem vive na zona rural. A maioria dos países tem grandes diferenças urbanas/rurais de disponibilidade de alimentos, principalmente de alimentos frescos e da diversidade das provisões de alimentos. Os residentes em zonas rurais são mais dependentes de alimentos de subsistência e de produção local, que não proporcionam uma dieta balanceada. Os sistemas de distribuição de alimentos podem ser irregulares devido à falta de infraestrutura adequada que limita a refrigeração, retarda o transporte e normalmente aumentam os custos de distribuição para as áreas rurais, limitando assim a disponibilidade de alimentos. Os residentes de áreas

urbanas encontram maior variedade de opções de alimentos, mas ainda enfrentam obstáculos ao acesso (se eles vivem em áreas pobres, desassistidas das cidades ou assentamentos informais) e poder aquisitivo.

Alguns desses problemas poderiam ser melhorados com políticas que promovem os sistemas de cultivos biodiversos. Os sistemas com biodiversidade de alimentos são de maneira característica ricos em alimentos nativos e colhidos com alto teor de micronutrientes essenciais e não essenciais.²³ Assim, tem-se cada vez mais sugerido que aumentar a diversidade de cultivos necessários para fornecer uma variedade suficiente de micronutrientes em um sistema de cultivo tem grande potencial para promover a qualidade da alimentação.²⁴

8. AUMENTO DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS: UMA OPORTUNIDADE PARA MUDANÇA?

Muitos líderes latino-americanos expressaram séria preocupação com o aumento dos preços dos alimentos na Região. Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), prevêem-se preços relativamente altos nos próximos 15 a 20 anos, uma transição que poderia levar mais de 10 milhões de pessoas a viver na pobreza.²⁵ Estes aumentos de preço reverteram a tendência em direção a preços baixos para sementes oleaginosas e milho, os quais em alguns casos estão agora 100% mais caros. Uma análise realizada pelo Programa Mundial de Alimentos, sobre como os preços dos alimentos têm afetado as populações em comunidades rurais, revelou que as pessoas hoje compram 50% menos alimentos em comparação ao que compravam 18 meses atrás com a mesma quantidade de dinheiro. Isto significa que sua ingestão nutricional, em uma dieta já deficiente, poderia ser reduzida pela metade.²⁶

Mas da mesma forma como as Américas passaram por uma mudança importante de paradigma na política agrícola na década de 90, a atual crise nos preços dos alimentos oferece agora uma oportunidade para outra mudança de paradigma? Uma mudança que reorientaria o setor agrícola, deixando a quantidade de lado e investindo em qualidade? Pois embora a quantidade de alimentos seja um grande motivo de preocupação, está claro que o foco na quantidade nas últimas décadas não evitou a crise. Talvez uma mudança com vistas à qualidade seria um enfoque mais sustentável para os setores agropecuários e da saúde pública?

Há duas oportunidades notáveis para mudança. A primeira é o custo crescente das sementes oleaginosas e rações para animais. Se, como resultado, subirem os preços dos óleos vegetais e da carne, isso oferece uma oportunidade de assegurar que os preços das frutas e verduras continuem baixos, incentivando assim as pessoas a passar a consumir frutas e verduras. É preciso urgentemente incentivar um maior consumo de frutas e verduras. A América Latina é um dos menores consumidores de frutas e verduras no mundo.²⁷ Nos últimos 30 anos, a proporção de calorias disponíveis de frutas e verduras na Região, como proporção das calorias totais per capita disponíveis, ficou na faixa de $\pm 1\%$ para legumes, e caiu para 9% para frutas. No Brasil, por exemplo, a participação relativa das frutas e sucos de fruta naturais no consumo total de calorias foi de apenas 2,4% em 2002–2003, em relação a 2,7% em 1987–1988. Em 2003, somente 30% dos adultos brasileiros consumiram frutas diariamente.^{28,29} Da mesma forma, no México, o consumo de frutas pouco mudou desde 1989. Os dados limitados disponíveis também indicam que os grupos de baixa renda consumam desproporcionalmente baixa quantidade de frutas e verduras e são os que mais chances têm de serem afetados por aumentos de preço. No Brasil, o consumo calórico de frutas da classe de maior poder aquisitivo é de 3,4% comparados a 0,6% da classe de menor poder aquisitivo, e o consumo é

significativamente menor nos domicílios com menor nível de escolaridade e menor patrimônio, particularmente nas áreas rurais. No México, a quantidade de frutas consumidas pelo quintil superior é, pelo menos, duas vezes a quantidade consumida no quintil inferior. Este é o momento adequado para investir na produção de frutas e verduras a fim de promover uma modificação nos preços relativos que incentivará os grupos de baixa renda a consumir mais frutas e verduras.

A outra oportunidade é implantar políticas para estimular a produção de alimentos entre os pequenos produtores. Os aumentos de preço têm potencial para efetivamente beneficiar os agricultores familiares se os seus produtos tiverem um preço mais alto. Mas, oficialmente, esses benefícios não estão chegando de modo suficiente a estes agricultores visto os elevados custos dos insumos e de comercialização. São necessárias, portanto, políticas para assegurar que os preços maiores hoje pagos por cultivos agrícolas beneficiem os pequenos agricultores. Devem ser feitos investimentos e implantadas políticas para apoiar maior desenvolvimento agrícola de pequenos agricultores, centrando-se em sistemas diversificados de cultivo sustentáveis, promoção de acesso a mercados – e a alimentos saudáveis de qualidade alta. É uma oportunidade para desenvolver acordos de comercialização inovadores, como a aquisição de alimentos de pequenos agricultores para assegurar que as populações vulneráveis tenham acesso a alimentos saudáveis pouco industrializados e os agricultores locais tenham maior participação no mercado de alimentos.

9. REFERÊNCIAS

1. Jacoby E. Consulta Regional da OPAS das Américas em Dieta, Atividade Física e Saúde: CONVOCAÇÃO À AÇÃO. Food and Nutr Bulletin UNU, volume 25, No.2, 2004:172-174.
2. Barceló A, Aedo C. et.al. O custo da diabetes na América Latina e no Caribe, Boletim da Organização Mundial da Saúde 2003, 81 (1) 19-27.
3. OMS TRS 916, 2003
4. Uauy R, Monteiro CA. Boletim de alimentação e nutrição 2004;25(2):175-82.
5. IOM, Marketing de Alimentos a Crianças e Jovens: Ameaça ou oportunidade? Dezembro de 2005.
6. OMS, Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, 2004.
7. Haddad L. O que a política de alimentos pode fazer para reorientar a Transição alimentar? Documento de Trabalho de IFPRI 165, 2003.
8. Nugent R. Food e política agrícola: questões relacionadas com a prevenção de doenças não-transmissíveis. Food Nutr Bull. 2004;25(2):200-7.
9. Drewnowski A. Gordura e açúcar: uma análise econômica J. Nutr. 133:838S-840S, março de 2003.
10. Adelman I, Taylor E. Vantagem comparativa variável em alimentos e agricultura: um estudo de caso do México. In: Aziz S, editor. Políticas agrícolas para os anos noventa. Paris: OCDE; 1990.
11. Krueger AO, Schiff M, Valdes A. A economia política da política de fixação de preços agrícolas, volume. 1. América Latina, Baltimore: Johns Hopkins University Press para o Banco Mundial; 1991.
12. Krueger AO op cit
13. Valdes A. Supervisão do preço e política comercial agrícola na América Latina durante grandes reformas de políticas: Documento de trabalho do Banco Mundial No. 349. Washington (D.C.): Banco Mundial; 2006.

14. Nugent R. Política de alimentos agrícolas: questões relacionadas à prevenção de doenças não-transmissíveis. *Food Nutr Bull.* 2004;25(2):200–7.
15. Schnepf RD, Dohlman E, Bolling C. Agricultura no Brasil e Argentina: avanços e perspectivas para grandes plantios no campo. Washington (D.C.): USDA; 2001. Exemplo dos EUA. In: Mudança da estrutura de consumo global de alimentos e comércio. Washington (D.C.): Estados Unidos.
16. Sawaya AL, Martins PA, Martins VJB. Impacto da globalização sobre consumo de alimentos, saúde e nutrição nas áreas urbanas: um estudo de caso do Brasil. *Globalização dos sistemas de alimentos em países em desenvolvimento: impacto na segurança alimentar e nutrição. Documento de alimentação e nutrição da FAO 83*; 2004. p. 253–74.
17. Hawkes C. Desenvolvimento alimentar desigual: a vinculação das políticas e processos de globalização com transição nutricional, obesidade e doenças crônicas relacionadas à dieta. *Global Health* 2006;2(1):4.1. <http://www.globalizationandhealth.com/content/2/1/4>.
18. Hawkes C. Promoção de dietas saudáveis e combate à obesidade e doenças crônicas relacionadas à dieta: quais são os instrumentos da política agrícola? *Food and Nutrition Bulletin* 2007;20:S312-22.
19. Zahniser S, Link J. Efeitos do Acordo de Livre da América do Norte na agricultura e economia rural: Relatório de Perspectivas em formato eletrônico. WRS-02-1. Washington, D.C.: Serviço de pesquisa econômica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos; 2002. (pag. 17).
20. Zahniser S. NAFTA aos 13: Execução próxima da finalização: Relatório de Perspectivas em formato eletrônico. WRS-07-01. Washington, D.C.: Serviço de pesquisa econômica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos; 2007.
21. Hawkes C. Política agrícola e de alimentos para a saúde cardiovascular na América Latina. *Prevenção e controle: The Journal of the World Heart Federation* 2007; 2:137-147.
22. Barkin D, Barón L. Construindo alternativas à globalização: fortalecimento da tradição com a inovação. *Dev Pract* 2005;15:175–85. 84.
23. Johns T, Sthapit BR. Diversidade biocultural na sustentabilidade dos sistemas alimentares de países em desenvolvimento. *Food Nutr Bull.* 2004;25:143–55.
24. Graham RD, Welch RM, Sanders DA, Ortiz-Monasterio I, Bouis HE, Bonierbale M, de Haan S, Burgos G, Thiele G, Liria R, Meisner CA, Beebe S, Potts M, Kadian M, Hobbs P, Gupta RK, Twomlow S. Sistemas de alimentos nutricionais de subsistência. *Advances in Agronomy* 2007;92:2–67.
25. Aumentos dos preços dos alimentos podem aumentar a pobreza e a indigência em mais de dez milhões de pessoas na América Latina e no Caribe. Comunicado de imprensa, CEPAL, 18 de abril de 2008.
26. <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/0/32810/P32810.xml&xsl=/prensa/tpl-i/p6f.xsl&base=/tpl/imprimir.xsl> - <http://www.paho.org/English/DD/PIN/pr080428.htm>.
27. Pomerleau J, Lock K, McKee M, Altmann DR. O desafio de medir o consumo global de frutas e verduras. *J Nutr* 2004;134(5):1175–80.
28. Levy-Costa RB, Sichieri R, Pontes NS, Monteiro CA. Disponibilidade doméstica de alimentos no Brasil: distribuição e tendências (1974–2003). *Rev Saude Publ* 2005;39(4): 530–40.
29. Jaime PC, Monteiro CA. Ingestão de frutas e verduras por adultos brasileiros, 2003. *Cad Saude Publ*, Rio de Janeiro 2005;21:S19–24.